

Intervenção Inicial da Senhora Ministra da Coesão Territorial
na 6ª Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
19 de maio de 2021

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

É com enorme gosto que voltamos hoje aqui para prestar contas quanto ao trabalho do Ministério da Coesão Territorial, para ouvir as vossas questões e para vos esclarecer.

Um dos principais objetivos do nosso Ministério é que a execução dos Programas Operacionais Regionais atinja, **no final de 2021, um valor de 60%**. Recordo que temos os anos de 2021, 2022 e 2023 para executar na plenitude as verbas do PT 2020. Atualmente temos uma **taxa de execução de 46%** (em dezembro a taxa era de 41%). Temos pedidos de pagamentos submetidos que correspondem a mais de 5 pontos percentuais de execução. Houve um grande aumento na submissão de pedidos de pagamento devido ao facto de pagarmos a 100% nalgumas áreas (de junho de 2020 até abril de 2021). A **taxa de compromisso passou de 93% para 102%**, o que significa que os Programas Operacionais Regionais já estão em **overbooking**, ou seja, têm aprovações para além da sua dotação, o que é uma boa prática de gestão para acomodar quebras de execução, que acontecem sempre. Nestes últimos quatro meses **foram aprovados 700 milhões de euros** de fundos em projetos pelos Programas Operacionais. E temos ainda **medidas de apoio a projetos nas áreas da Educação e da Saúde no montante de 94 milhões de euros** (e em análise mais 178,5 milhões de euros), com o prazo de candidatura a decorrer.

A. Ponto de situação do contributo para o PEES

O MCT deu um importante contributo ao programa de Governo criado no início da Pandemia, o Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), e que regista nesta fase



uma aceleração de execução. As medidas do MCT incluídas no PEES já estão todas implementadas, algumas concluídas, estando já **aprovados 579 milhões de euros** de apoio de fundos europeus.

- Nos apoios à criação de emprego, **no +CO3SO Emprego**: Temos mais de **2.400 candidaturas aprovadas** que vão criar quase **5.000 novos postos de trabalho**, num montante de **apoios de 260 milhões de euros**. Mais de metade das candidaturas aprovadas são em territórios do Interior e vão levar à criação de quase 2.500 novos postos de trabalho.
- No âmbito do **Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN)**, disponibilizamos 100 milhões de euros para apoiar, até 50/60% a fundo perdido, pequenos projetos de investimento de micro e pequenas empresas. Investimentos que vão da aquisição de máquinas a equipamentos, serviços tecnológicos/digitais e sistemas de qualidade, sistemas de certificação, que permitam alterar os processos produtivos das empresas, apoiando-as na transição digital, na transição energética, na introdução de processos de produção ambientalmente mais amigáveis. **Foram submetidas 3 669 candidaturas com uma intenção de investimento de 577 milhões de euros e um fundo solicitado de 281 milhões de euros, pedidos que correspondem a quase o triplo da dotação do Programa.** O que revela como o programa foi ao encontro das expectativas dos empresários. As candidaturas estão em análise para que, tão depressa quanto possível, o dinheiro comece a chegar às empresas.
- A **Programação Cultural em Rede**, também incluída no PEES, tem todas as candidaturas decididas, num total de **107 candidaturas aprovadas, com um apoio de mais de 30 milhões de euros.** É certo que as medidas de confinamento restringiram



algumas destas atividades culturais, mas a esmagadora maioria das candidaturas têm início previsto em 2021, pelo que a execução deve acelerar, agora que os números da pandemia estão mais controlados.

- O **Programa de Remoção do Amianto nas Escolas** está praticamente concluído. Das 487 candidaturas, **temos aprovadas 94%**. São intervenções em **457 escolas de 133 municípios**, com um apoio de **46,5 milhões de euros**, que correspondem a um valor de investimento de **62 milhões de euros**.
- A análise das candidaturas do **Cadastro Simplificado** nas regiões Norte e Centro está também concluída, envolvendo **63 aprovações**, com um investimento de **23 milhões e um apoio de 19,1 milhões de euros**.
- Lançamos já a **Rede Nacional de Espaços de Teletrabalho e Coworking no Interior** para promover, facilitar e incentivar o teletrabalho através de espaços dedicados ao teletrabalho, com partilha de equipamentos ou serviços. Já **contamos com 57 centros** (18 em municípios do Norte, 25 em municípios do Centro, 3 em municípios do Alentejo e 11 em municípios do Algarve) e **temos 20 milhões de euros de fundos europeus** para os vamos adaptar e equipar.
- Também no âmbito do PEES, já têm apoio aprovado **cursos TeSP** para formação de mais de **3.300 pessoas**, num investimento de **mais de 21 milhões de euros**, com apoio de **17,7 milhões de fundos**. Os Programas Operacionais Regionais já aprovaram a formação de **mais de 23 mil pessoas**, **6.200 das quais no Interior**, num investimento total de mais de 150 milhões de euros (122 milhões de fundos).



- No apoio à contratação de trabalhadores altamente qualificados (RHAQ), no âmbito do PEES, já aprovámos incentivos para a **contratação de mais de 200 destes trabalhadores** para micro, pequenas e médias empresas, e também para universidades, politécnicos, laboratórios colaborativos e centros de investigação, num investimento total de mais de **18 milhões de euros** (12,6 milhões de fundos). **Centro e trinta destes 200 trabalhadores foram contratados nos territórios do Interior.** No total, os Programas Operacionais Regionais já aprovaram apoios à contratação de mais de 2.100 destes licenciados, mestres e doutorados, num investimento total de quase 160 milhões de euros (108 milhões de fundos).

B. Participação no Plano de Recuperação e Resiliência

O PRR é uma resposta extraordinária da União Europeia aos efeitos da pandemia. Não é a panaceia para todos os problemas do país, nem permite todos os investimentos que os atores reclamam. O PRR é apenas uma das respostas, para além do PT2020, do REACT, do Fundo para a Transição Justa e do PT 2030.

Apesar de diferentes, estes diferentes programas partilham uma ambição comum: dar um impulso no crescimento do PIB (ao fim de 5 anos, crescer 3,5% acima do que cresceríamos face ao cenário sem PRR) e diminuir o desemprego (em 2025 a taxa de desemprego estará 1,6 p.p. abaixo do cenário sem PRR).

No PRR, a tónica foi posta nos principais desafios que temos pela frente, incluindo as alterações climáticas e a digitalização da economia.

São da responsabilidade do MCT um conjunto de obras muito significativas que integram a Componente 7 – Infraestruturas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Elas perfazem um valor de **293 milhões de euros**:



- **Missing links e Aumento de capacidade da Rede - 67 M€ (21%; total: 313 M€)** – de uma importância indiscutível porque são aceleradores de escoamento da produção, pequenos troços que finalizam obra já feita - e de que a nossa indústria e universo empresarial tanto precisam.
- **Ligações transfronteiriças - 65 M€** – são eixos fundamentais para o que pretendemos que seja o coração de uma nova centralidade ibérica. Abrem novas portas de passagem, ligam a Península Ibérica em pontos estratégicos, contribuindo para uma maior circulação de pessoas e bens e para a dinamização de uma das mais vastas e empobrecidas fronteiras da Europa.
- **Acessibilidades Rodoviárias às Áreas de Acolhimento Empresarial – 51 M€ (36%; 142 M€)** – porque reconhecemos que completar ligações rodoviárias é vital para o aumento da competitividade das unidades de produção. É a forma de pôr os produtos em circulação, de forma rápida e eficaz, mas também de agilizar a receção de matéria-prima.
- **Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) - são 110 M€** para permitir a aposta estratégica numa nova geração de parques empresariais, fortemente digitalizados e com recurso às energias verdes. Todos percebemos que as Áreas de Acolhimento Empresarial são um polo de atração para o investimento nos territórios e essenciais para o desenvolvimento de certos setores. Delas dependem a instalação de empresas, a criação de postos de trabalho e a fixação de pessoas em todo o país. Como as reconhecemos como fortes motores de internacionalização e de afirmação das economias regionais, temos-lhes dado, naturalmente, a prioridade que



merecem. Quando o PT2020 tiver terminado, teremos posto praticamente 300 milhões de euros ao serviço da criação ou ampliação destas áreas.

- De referir ainda que o **lote de estradas que saíram do conjunto de investimentos do PRR já têm financiamento garantido** através das receitas do leilão do 5G e vão avançar. Estão devidamente identificadas numa resolução do Conselho de Ministros do início de maio e têm um custo estimado de **143 milhões de euros**. São elas:
 - O novo acesso de Sever do Vouga (distrito de Aveiro) à A25/IP5 (IC35);
 - A ligação entre a A23 em Alcains, Castelo Branco, e a fronteira nas Termas de Monfortinho (IC31);
 - A ligação ao IP3 dos concelhos a sul;
 - EN341 - Alfarelos /Taveiro (acesso ao terminal ferroviário de Alfarelos);
 - A construção do troço do IC6 entre Tábua e Folhadosa (Seia).

Concurso para o 5G

É prioridade para a Coesão Territorial assegurar a conectividade digital para todo o Interior. Porque todos sabemos que não conseguimos atrair investimento e pessoas para estes territórios sem garantirmos algo de tão essencial como vias de comunicação.

Estamos a falar de um investimento assegurado através de verbas do próximo quadro comunitário, para garantir uma cobertura em todo o território que inclua banda larga fixa e rede móvel.

O Governo está empenhado num concurso internacional para assegurar essa cobertura, já que sem ela não conseguiremos nunca verdadeiramente desenvolvidos, nem exploraremos o potencial máximo de todo o país.



Agradeço aos senhores deputados a bondade de me ouvirem.

Estamos à disposição para todas as perguntas e esclarecimentos que entendam necessários.

Muito obrigada